

Anais do 12º Seminário de Administração Pública e Economia do IDP
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP
Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública
Programa de Mestrado Profissional em Economia
29 de novembro de 2022

GT – 2: Gestão Governamental, Organizações Públicas e Inovação

**A COVID-19 DA DESIGUALDADE: PARA RICOS UMA GRIPEZINHA PARA
POBRES UMA PANDEMIA**

Francinaldo Borges Guimarães, Mestrando em Economia pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

A COVID-19 DA DESIGUALDADE: PARA RICOS UMA GRIPIZINHA PARA POBRES UMA PANDEMIA

THE COVID-19 OF INEQUALITY: FOR THE RICH, A LITTLE GRIP, FOR THE POOR, A PANDEMIC

Resumo: O presente artigo tem por finalidade abordar a questão social das desigualdades socioeconômicas no Brasil e os impactos da disseminação na vida social e econômica das pessoas capitalizadas e também em situação de vulnerabilidade. Fez-se então as exposições das desvantagens já enfrentadas por grupos de baixa renda e os resultados do distanciamento social e econômico e implicações dramaticamente desiguais: pessoas com rendimentos mais altos têm mais chances de seguir sua vida normal após a contenção da crise sanitária. O texto explorou a utilização de políticas de contenção dos impactos socioeconômico e os indicadores que influenciam no enfrentamento da Covid-19 e possíveis lições que a pandemia nos deixou.

Palavras-chave: Distanciamento social, transferência de renda, vulnerabilidade.

Abstract: The purpose of this article is to address the social issue of socioeconomic inequalities in Brazil and the impacts of its dissemination on the social and economic life of people with capital and also in vulnerable situations. Then, the exposures of the disadvantages already faced by low-income groups and the results of social and economic distancing and dramatically unequal implications were made: people with higher incomes are more likely to continue their normal lives after the health crisis is contained. The text explored the use of policies to contain socioeconomic impacts and the indicators that influence the fight against Covid-19 and possible lessons that the pandemic has left us.

Keywords: Social distancing, income transfer, vulnerability.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objeto de estudo o impacto da pandemia Covid-19 no aumento da desigualdade social brasileira. Considere 20 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) após o registro de 921 casos de infectados pelo Corona Vírus Disease 19 (Brasil, 2020) e que se tratava de uma pandemia, sendo a Itália o epicentro das infecções deste momento em diante medidas de distanciamento social se fez necessário para controlar a disseminação da doença (SÁ, 2020). No entanto o distanciamento não ficou no plano da disseminação do vírus, mas também social econômico.

As dificuldades atuais promovida por uma crise pandêmica mundial denominada Covid-19 aflorou a desigualdade social brasileira que se comparada a uma ferida a pandemia arrancou a “casca” antes de cicatrizar. Porém nosso ferimento (A desigualdade social) sempre foi agudo e crônico que apenas se remedia com políticas sociais e não se encontra a cura definitiva. Mas até que ponto podemos acreditar que as políticas sociais

buscam uma solução para este problema? Talvez não seja consenso uma solução definitiva ou remediável já que o tema promove debates de interesses diversos e aproveitadores para manter distanciamentos. O maior distanciamento foi o da desigualdade social onde ricos ficaram mais ricos e pobres, se possível dizer, mais pobres ainda.

Em 2019 segundo o IBGE (2020) 10% dos mais ricos concentram 42,9% dos rendimentos mensais do país, enquanto essa mesma proporção de 10% aos mais pobres era de 0,8%. O Brasil é conhecido como um país de contrastes territoriais, geográficos e principalmente social. O distanciamento na distribuição de renda é evidenciada pelos números indicadores do nosso índice de pobreza já que em 2018, 25,3% do total da população o que equivalente a 52,5 milhões de pessoas viviam com renda mensal não superior a 44% do salário mínimo na ocasião R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) e que 13,5 milhões de pessoas situava-se em extrema pobreza, ou seja, 6,5% da população brasileira viviam com renda inferior a R\$ 145,00 (cento e quarenta e cinco reais) mensais (IBGE, 2019).

Na busca do enfrentamento da pandemia no Brasil e assegurar ao mais vulneráveis foi instituído em abril de 2020 o Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para pessoas maiores de 18 anos desempregado ou Microempreendedor Individual (MEI), desde que sua renda familiar mensal não ultrapassasse meio salário mínimo per capita ou três salários mínimos no total. Cerca de um quarto da população de imediato foram eleitas para receber o benefício (BARTHOLO et al. 2020).

Os 1.000 (mil) maiores bilionários do mundo recuperaram suas fortunas pré-pandemia levaram apenas nove meses. Já a recuperação para os pobres ainda mais pobres do mundo pode levar década (s) (REVOLLO, 2021). Para Brasil os fatos advindos da Covid-19 elevam ainda mais o indicador de desigualdade e que entre vulnerabilidade à doença quanto também ao poder da renda revela uma reportagem do Correio Braziliense, 2021.

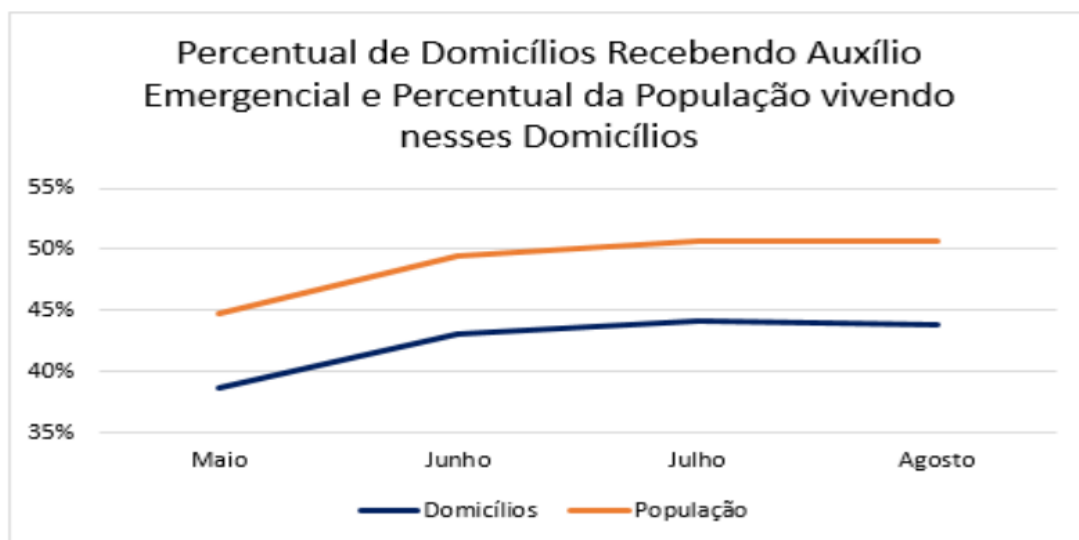
2. A COVID-19 E SUAS PRIMEIRAS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E NA DESIGUALDADE SOCIAL

Em dezembro de 2019 a notícia que o mundo estaria prestes a enfrentar uma terrível enfermidade poderia ser tratada como mais uma das milhares fake news. No entanto os primeiros casos da Covid-19 em Wuhan, China, espalhou-se mais rápido que sua própria notícia transformando-se num surto global que após 6 (seis) meses já registravam 371.166 óbitos no mundo diagnosticados como causa o vírus SARS-CoV-2 (Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2) cujo o alvo é o sistema respiratório (LAI et al., 2020) apresentando sintomas semelhantes a de uma gripe, mas com manifestações clínicas graves de pneumonia causando falência respiratória progressiva. Em alguns casos o contágio não evoluiu para mortes, mas que colaborou para um princípio de colapso nos sistemas mundiais de saúde, muitos países foram pegos de surpresa, casos graves demandaram cuidados em UTI (Unidade de Terapia Intensiva), uso de ventiladores pulmonares. Então as autoridades começaram a tomar medidas de contenção de contágio impondo restrições de locomoção, uso de equipamentos de proteção individuais, máscaras faciais, uso de produtos de higiene, trabalho remoto e distanciamento social (ROTHAN; BYRAREDDY, 2020).

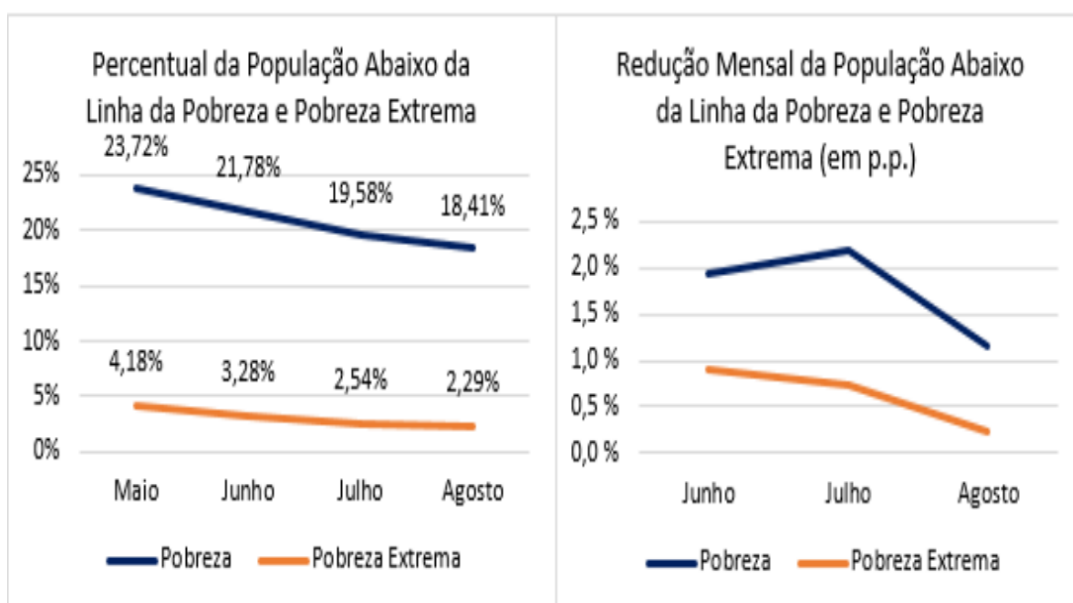
O vírus forçou a todos um novo modo de convivência principalmente de vindas de duas palavras “lockdown” e “isolamento social” que economicamente traziam consequência, pois a partir deste momento famílias se viram obrigadas a terem renda sem ir ao trabalho ou estudar sem ir à escola. Governos decretaram fechamento de empresas não essenciais fossem elas grandes ou pequenas o mundo se tornou incerto para trabalhadores e empresários. Em julho de 2020 as mortes não eram apenas de pessoas, mas também de empresas estima-se que no Brasil mais de 700 mil empresas (CAPETTI, 2020), fecharam as portas e não voltariam a operar. Para amenizar a desigualdade de um país já muito desigual como o Brasil, o governo por meio do Congresso Nacional criou como solução o auxílio emergencial.

Após pressão da sociedade civil o Auxílio Emergencial foi implantado como forma de reduzir ou aliviar a fome em meio à crise sanitária e econômica com meio de diminuir a pobreza e as desigualdades. Segundo Dados produzidos pelo Ibre/FGV (Pnad-Covid, 2020), demonstram que o benefício concedido contribuiu para que a extrema pobreza no Brasil chegasse ao nível 2,3 % o mais baixo da história recente. Esse benefício circulou pela economia brasileira com compras de alimentos e compensou a perda da renda de uma parte da sociedade necessitada decorrente da pandemia.

Podemos observar no gráfico abaixo, o percentual dos domicílios que receberam os recursos de transferência de renda entre julho e agosto de 2020 que representou 44%, quase a metade de toda população.



Mesmo com o auxílio emergencial, a situação da população não mudou, a linha de pobreza (US\$ 5,50 por dia) e pobreza extrema (US\$ 1,90 por dia), que alcançaram novas baixas históricas, de 18,4% e 2,3%. No entanto podemos notar uma redução mês a mês. Sabemos que os recursos não foram suficientes, mas ajudou amenizar a situação de muitas pessoas que se viram sem recursos para até mesmo se alimentar.



Fonte: Elaboração Daniel Duque usando microdados da PNAD Covid-19

O Auxílio Emergencial ao se expirar em dezembro de 2020, o governo federal aprovou, no dia 4 de março de 2021, um novo Auxílio Emergencial, estimado entre R\$ 175 e R\$ 375, com quota única por família.

Atualmente no Brasil por meio da Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021, criou o Programa Auxílio Brasil que visa garantir uma renda básica às famílias em situação de vulnerabilidade e emancipação socioeconômica. Para ter direito de ingresso no programa a renda mensal per capita deve ser de até R\$ 105,00 (cento e cinco reais) para famílias em situação de extrema pobreza e R\$ 105,01 (cento e cinco reais e um centavo) a R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) para renda familiar em situação de pobreza (GOV, 2022).

Não somente o Brasil adotou este tipo de política para socorrer sua população vulnerável a fim de equilibrar a desigualdade social e atender as restrições imposta pela emergência na saúde pública. No Canadá, os trabalhadores que perderam a renda devido a Covid-19 e que atendessem aos critérios do programa emergencial poderiam receber um benefício de \$500 semanal por até 26 semanas. No Reino Unido, os funcionários dispensados ou com carga horária reduzida devido ao Corona vírus podem receber 80% do seu salário normal, no valor máximo de até 2.500 libras por mês. Na Itália, uma série de medidas para apoiar as famílias foram implementadas tais como renda emergencial para as famílias mais precárias, benefícios aos pais trabalhadores, suspensão de impostos e seguridade social, entre outros. Na Espanha, agravamento da pobreza causado pela pandemia de Covid-19 acelerou a implementação do “Ingresso Mínimo Vital”, uma política social que visa assegurar uma renda mínima de 462 a 1.015 euros por mês às famílias mais pobres. Nos Estados Unidos, o governo norte americano pagou US\$ 1.200 por pessoa e adicionais de US\$ 500 por criança para o indivíduo com rendimento anual de até US\$ 75 mil. Quem possui rendimento anual acima de US\$ 75 mil e até US\$ 99 mil recebeu um auxílio proporcionalmente menor. O pagamento da segunda parcela foi reduzido pela metade e, em 2021, há previsão do pagamento da terceira parcela. Já o Japão adotou uma renda básica universal, ainda que temporária. O governo japonês pagou uma parcela de 100 mil ienes (aproximadamente US\$ 950) a cada residente do país independentemente da nacionalidade, idade, renda, tamanho da família e emprego.

Na América Latina, segundo Cepal, 23 países aplicaram política de transferência de renda no período de pandemia de Covid-19. A Argentina criou um programa emergencial “Ingreso Familiar de Emergencia” (IFE), o pagamento de um bônus de 10 mil pesos argentinos destinado a trabalhadores informais ou desempregados entre 18 e 65 anos que não possuem aposentadorias, pensões ou algum outro tipo de renda fixa. O Chile também implementou o programa IFE, o valor do auxílio emergencial foi de 100 mil pesos chilenos para ajudar financeiramente as famílias que recebem renda informal ou formal insuficiente devido aos efeitos da pandemia. No Peru, o governo elaborou medida emergencial “Bono Familiar Universal”, um subsídio no valor de 760 soles para famílias em situações de pobreza ou extrema pobreza. Em 2021 iniciou novo pagamento do subsídio no valor de 600 soles. Apesar desses esforços, a América Latina ainda está longe de garantir renda mínima para proteger as famílias pobres e vulneráveis, e uma possível solução seria Renda Básica Temporária (MOLINA e ORTIZ-JUAREZ, 2020).

2.1. Os Efeitos da Covid-19 na Economia Brasileira

A pandemia afetou o Mundo e de sobremaneira o Brasil que ainda se encontra desorientado quanto ao seu futuro econômico já que temos um governo instável em pleno antecipação de pleito eleitoral o que o impede de medidas ante popular. É bom enfatizar que mesmo antes da Covid-19 enfrentavam problemas no campo econômico e social.

A doença agravou a situação de pleno emprego da população houve e a redução da renda provocada pela necessidade do isolamento social afetando o consumo das famílias, porém fatos históricos mostram que o combate as grandes pandemias ocorridas no mundo, desde a crise da gripe espanhola (1918-1920), ajudaram na rápida recuperação de suas economias (SILBER, 2020).

Sem pleno emprego, economia estagnada e alta dos preços o resultado não poderia ser diferente, inflação recorde registrada. O consumo passou a ser uma das fontes de resgate retomada da economia incentivadas pelas medidas de liberação de saque do FGTS emergencial e Auxílio Emergencial com mais de R\$ 300 bilhões circulando na economia. Os resultados foram positivos na concentração de gastos e na guarda das reservas.

Para André Braz, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV:

[...] Para famílias mais pobres, o Auxílio emergencial triplica a renda e valeu para intensificar compras no mercado, por exemplo. Para quem ganha um pouco mais, a flexibilização da circulação ajudou a aumentar a renda.

A oferta e demanda aliadas a uma moeda desvalorizada e países como a China que demanda grande parte de nossos bens de commodities retomando sua economia, empresas que tiveram que paralisar suas produções, pressão dos custos das matérias-primas impulsionada pelo aumento da moeda norte americana, incertezas dos investidores estrangeiros em apostar no Brasil devido o rumo das contas públicas e renda em queda dos brasileiros provocaram alta na inflação. E isso está travando o crescimento da atividade econômica do país segundo o Indicador Diário de Atividade (Idat) o índice está andando de lado e não devido a pandemia.

[...] A atividade econômica já está sendo impactada pela

Inflação ao longo dos últimos anos

Varição anual do IPCA, em %



Fonte: IBGE

inflação, que afeta a confiança do consumidor e corroi o salário. A perda de dinamismo do Idat não tem a ver com a pandemia de Covid-19 desta vez — explicou Mesquita.

Já os gastos federais pós medidas de apoio a pandemia explodiu a dívida pública dando sinais preocupante aos analistas quanto a saúde das contas públicas e sustentabilidade fiscal. A dívida bruta do setor público em 2020 chegou ao patamar de 90% do PIB (Produto Interno Bruto) sem perspectiva de desaceleração diante a lentidão da economia e aprovação de reformas estruturais (G1, 2020). Esta situação pode provocar no Estado uma descontinuação das políticas públicas que ainda socorrem pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e as margens da sociedade.

Em relatório do FMI divulgado em dezembro de 2020 a projeções da dívida pública bruta tenderia ao aumento contínuo no médio prazo com estimativa de atingir 100% do PIB. No entanto o país mostrou recuperação fechando 2021 com dívida de 80,3% do PIB beneficiada pela retomada da economia e pela aceleração da inflação (BARCELLOS e FROUFE, 2022), mesmo assim o resultado foi 12% maior na comparação com 2020.

3. O CONTROLE DA PANDEMIA EVIDENCIA O AUMENTO DA DESIGUALDADE

A pandemia da Covid-19 instaurada no Brasil desde de 2020, agravou a desigualdade social do país. Segundo a Pesquisa realizada pela Enap (Escola Nacional de Administração Pública) os municípios mais vulneráveis à doença foram os que aqueles cuja a população com maior desigualdade. E não necessariamente os mais pobres (com menor renda), mas onde há muito ricos e muito pobres convivendo no mesmo espaço, alerta a pesquisa, realizada em 5.570 municípios. Neste estudo podemos exemplificar comparando os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, onde sua população são as maiores do Brasil e rendimentos médio por habitante é de R\$ 1.504,00 (Um mil e quinhentos e quatro reais) sendo um dos maiores do país. Porém estes recursos não divididos de maneira equitativas entre a população faz com que o coeficiente de Gini (indicador de desigualdade) seja elevado. Na mesma pesquisa encontrou-se uma relação direta entre auxílio emergencial e incidência da covid-19, onde quanto maior a quantidade

e o valor médio dos auxílios, maiores também foram as taxas de casos e óbitos por 100 mil habitantes. Para os pesquisadores a explicação parte do princípio de que, como os dois indicadores são de vulnerabilidade, o resultado mostra que a falta de recursos impacta na maior difusão da doença e dos óbitos, nos municípios mais populosos do Brasil e também com maior grau de comorbidades sociais (BATISTA, 2021).

Espera-se que os fins das mortes promovida pelo Corona Vírus Disease 19 com a disponibilidade da vacina a retomada da economia pelo mundo e principalmente no Brasil. Mas a retomada da vida “normal” seja econômica, sanitária e social inicialmente não se dará em curto, pois seguindo orientação das autoridades o distanciamento social será necessário até que a pandemia seja controlada. Mas o distanciamento da desigualdade esta precisa ser resolvida o quanto antes.

Os primeiros a saírem da crise promovida pelo vírus foi os bilionários conforme informações do banco Credit Suisse em seu Relatório da Riqueza Global onde os 1000 (mil) maiores bilionários do mundo listados na Revista Forbes em fevereiro de 2020, cuja o patrimônio líquido destes bilionários correspondia a 70,3% para um montante de US\$ 6,43 trilhões. Já em 30 de novembro de 2020 a riqueza desses 1000 bilionários era de US\$ 9,13% trilhões (Oxfam, 2021). E isso ocorreu em prazo curtíssimo de apenas nove meses para que as fortunas bilionárias retornassem aos níveis de pico registrados antes da pandemia em relação as perspectivas considerando crises mundiais já vividas. As fortunas dos 10 (dez) maiores bilionários mundiais cresceram US\$ 540 (Quinhentos e quarenta bilhões) entre as datas de 18 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (Banco Credit Suisse, 2021). E em último relatório disponibilizado pelo mesmo banco constatou que a riqueza global total cresceu 7,4% e a riqueza por adulto atingiu outro recorde de US\$ 79.952. E o mais interessante foi saber que os países mais afetados pela pandemia do COVID-19 não se saíram pior em termos de criação de riqueza.

Classificação 31 de dezembro de 2020	Nome	Patrimônio líquido 31 de dezembro (US\$ bilhões)	Patrimônio líquido 18 de março (US\$ bilhões)	Mudança (US\$ bilhões)
1	Jeff Bezos	191,2	113,0	78,2
2	Elon Musk	153,5	24,6	128,9
3	Bernard Arnault e família	151,9	76,0	75,9
4	Bill Gates	120,0	98,0	22,0
5	Mark Zuckerberg	99,9	54,7	45,2
6	Larry Ellison	87,7	59,0	28,7
7	Warren Buffett	86,8	67,5	19,3
8	Zhong Shanshan	78,6	2,0	76,6
9	Larry Page	76,6	50,9	25,7
10	Mukesh Ambani	76,3	36,8	39,5
Total				540,0

Fonte: Nota-metodologica-O-virus-da-desigualdade

Na contramão da recuperação das riquezas dos bilionários está o aumento da pobreza segundo o Banco Mundial as estimativas para a pobreza global é que 226 milhões pessoas seriam empurradas para abaixo da linha da pobreza em decorrência da Covid-19. Para exemplificar o nível de desigualdade analisou que o aumento da riqueza dos 10 bilionários mais ricos do mundo, conforme detalhado acima, seria mais do que suficiente para evitar que qualquer pessoa na terra caia na pobreza e ainda pagar uma dose de vacina contra o vírus causador da crise a cada uma dessas pessoas. E enquanto nove meses foram suficientes para que a fortuna dos mil maiores bilionários mundiais retornasse ao nível antes pandemia, o prazo para as pessoas em situação de vulnerabilidade poderá levar uma década ou mais (LAKNER, 2020).

3.1. A Covid-19 Acentua a Desigualdade Brasileira

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 2021, revela que a pandemia da Covid-19 afetou todos os países, mas os impactos da desigualdade econômica e social atingiram com maior impacto países pobres ou em desenvolvimento, caso do Brasil. A pandemia aprofundou a desigualdade social, aumentando o número de pessoas em situação de extrema pobreza, segundo dados do Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico). No mês de registro do primeiro caso de Covid-19 em março de 2020, havia cerca de 13,5 milhões de pessoas nessa condição, quase um ano depois o número havia aumentado em 784 mil pessoas, o que representa um crescimento de 5,8%.

Nos estados do Nordeste, o número de pessoas na extrema pobreza, em março de 2021, ultrapassou 12% da população local. Destacamos os estados do Piauí e Paraíba que chegaram a quase 15% e 13% respectivamente. Já no Sul, esse percentual era próximo de 3% no Paraná e de menos de 2% em Santa Catarina, dados do Dieese, 2021.

Seguindo tendência mundial o número de bilionários brasileiros aumentou durante a pandemia. Dados da revista Forbes (DOLAN, 2021), vinte e dois (22) brasileiras figuraram à lista de pessoas com pelo menos 1 bilhão de dólares em patrimônio em 2021 pela primeira vez ou retornaram. A lista, são 65 brasileiros residentes e 2.755 em todo o mundo, acréscimo de 660 bilionários a mais que no início de 2020.

O aumento da inflação aprofundou o abismo da desigualdade, aumentando o preço dos itens essenciais da cesta básica pesando ainda mais o orçamento famílias de baixa renda (LAMEIRAS, 2021). E o fato do surgimento da crise sanitária também agravou a perda do poder de compra e ao empobrecimento da classe trabalhadora. Negociações trabalhistas realizadas desde o início da pandemia até maio de 2021, 58% não tiveram reajustes correspondentes a reposição inflacionária em seus salários, 28% tiveram apenas os percentuais equivalentes à inflação e apenas 14% tiveram ganhos reais acima da inflação. Estudo recente do DIEESE mostra que, há um ano, o reajuste necessário para repor as perdas salariais segundo INPC- BOLETIM DE CONJUNTURA - número 29 – junho/julho de 2021 IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) era de 2%. Até junho de 2021, esse reajuste deveria ter sido de aproximadamente 9%.

4. CONCLUSÃO

A desigualdade social no Brasil é fato histórico, mas que caminhava para uma amenização devido a melhora na qualidade de vida de muitos brasileiros, porém se acentuou durante a pandemia na qual o número de pessoas em situação de extrema pobreza.

Os rendimentos dos brasileiros em situação de pobreza sofreram impactos reduzindo a capacidade de compra de itens essenciais à sobrevivência e manutenção da dignidade humana principalmente devido ao aumento da inflação com peso maior sobre os preços dos alimentos. Ao mesmo tempo, parecendo terem aberto o mar vermelho,

separou-se duas realidades. De um os vulneráveis vendendo o almoço para comprar a janta, pequenas e médias empresas demitindo e fechando suas portas. Já do outro os super-ricos, grandes empresas e bancos contabilizando altos índices de lucros e podendo se proteger do vírus da Covid-19 em casa administrando seus fazeres, exercitando e se reorganizando para novas mudanças de hábitos.

Os problemas teriam sido ainda maiores no agravamento da desigualdade socioeconômica dos brasileiros caso as políticas de transferência de renda não fossem colocadas em práticas assim como o apoio financeiro para empresas, municípios e estados, porém o braço do estado que já era curto está ficando curtíssimo com o aumento do endividamento em relação ao seu Produto Interno Bruto (PIB).

Diante o cenário atual, uma recuperação eficaz dependerá de esforços conjuntos para fortalecer os sistemas de saúde, reforçar a proteção social, criar oportunidades econômicas, ampliar a colaboração multilateral e promover a coesão social. Além disso, o processo de recuperação pós-COVID-19 representa uma oportunidade histórica para se colocar em prática as reformas política, administrativa e tributária, a fim que causem mudanças necessárias para se alcançar um futuro melhor para todas e todos e o distanciamento social seja apenas de contexto a evitar aglomerações.

5. REFERÊNCIAS

BARCELLOS, T; FROUFE, C. Estadão: Dívida pública fecha 2021 em 80,3% do PIB, depois de atingir recorde de 88,6% em 2020. Brasília: O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios, 2022. Disponível em:

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,divida-publica-2021,70003965390#:~:text=D%C3%ADvida%20p%C3%ABblica%20fecha%202021%20em,%25%20em%202020%20%2D%20Economia%20%2D%20Estad%C3%A3o.> Acesso em 28/02/2022.

BARTHOLLO, Letícia et al. As transferências monetárias federais de caráter assistencial em resposta à Covid- 19: mudanças e desafios de implementação. In. Nota Técnica. Disoc, n.72. Brasília: Ipea, 2020.

BATISTA, V. Correio Braziliense: Pandemia da desigualdade: covid-19 agravou diferenças sociais nas cidades. Brasília: Economia, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/07/4939963-pandemia-da-desigualdade-covid-19- agravou-diferencas-sociais-nas-cidades.html>. Acesso em 27/02/2022.

BEGHIN, N. O Auxílio emergencial faz diferença na vida das mulheres. Brasília: Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2021. Disponível em:

https://www.inesc.org.br/o-auxilio-emergencial-faz-diferenca-na-vida-das-mulheres/?gclid=CjwKCAiA9tyQBhAIEiwA6tdCrFvQbB29Qrsn-K_Uw0pAXJ2mSIIXZ_tBhWDr6zak3HqIDr_0N6UhaBoCQu0QAvD_BwE&cn-reloaded=1. Acesso em 22 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Painel Coronavirus, Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 15 fev. 2022.

. Ministério da Cidadania. Auxílio Brasil. Brasília: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. 2022. Acesso em 25 fev. 2022.

CAPETTI, P. Extra: Após pandemia, mais de 700 mil empresas fecharam as portas no Brasil. Rio de Janeiro: Economia e Finanças, 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/apos-pandemia-mais-de-700-mil-empresas-ja-fecharam-as-portas-no-brasil-rv1-1-24536990.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.

Banco Credit Suisse. (2021). Relatório da Riqueza Global 2020, pág. 15. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>. Acesso em: 28 fev. 2022.

DIEESE. Boletim de Conjuntura n. 29: Desigualdade Sociais e Econômico se Aprofundam. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2021/boletimconjuntura29.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

DOLAN, Kerry A. (Ed.) et al. Forbes world's billionaires list: the richest 2021. [S.l]: Forbes, 2021. Disponível em: <https://www.forbes.com/billionaires/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

DUQUE, D. Auxílio emergencial para de crescer em agosto, e pobreza cai de novo; com redução do benefício a partir de setembro, porém, pobreza e desigualdade devem aumentar. In: Blog do IBRE. São Paulo: FGV, 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/auxilio-emergencial-para-de-crescer-em-agosto-e-pobreza-cai-de-novo-com-reducao-do-beneficio>. Acesso em 24 fev. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hLflh>. Acesso em: 24 fev. 2022.

. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37KyCyy>. Acesso em: 24 fev. 2022.

LAI, Chig-Cheng et al. Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 (SARVS-CoV-2) and coronavirus disease-2019 (COVID-19): The epidemic and the challenges. In: International Journal of Antimicrobial Agents, v. 55, n. 3, 2020.

LAKNER, C.; YONZAN, N.; MAHLER, D. G.; AGUILAR, C. R. A.; WU, H.; FLEURY, M. Updated

estimates of the impact of COVID-19 on global poverty: The effect of new data. Data Blog, 7 out. 2020. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/opendata/updated-estimates-impact-covid-19-global-poverty-effect-new-data>. Acesso em: 02 fev. 2022.

LAMEIRAS, M. A. P. Inflação por faixa de renda: Carta de Conjuntura. Brasília, DF, n. 51, Nota de Conjuntura, 25, 2. Trim. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210611_nota_25_inflacao_faixa_de_renda_maio.pdf. Acesso em: jul. 2021.

MOLINA, G. Gray; ORTIZ-JUAREZ, E. Temporary basic income: Protecting poor and vulnerable people in developing countries. United Nations Development Programme, 2020.

REVOLLO, P. Espinoza. O Vírus da Desigualdade: Nota Metodológica. São Paulo: Oxfam, 2021. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/o-virus-da-desigualdade/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=search_davos2021_grants&utm_content=ads3&gclid=CjwKCAiA9tyQBhAIEiwA6tdCrKjRu8eNJbbdH9024yWNSX4H5tsd2ZZnr1P413xT5HDoEvrWiU734hoCILQQA_vD_BwE. Acesso em: 01 fev. 2022.

ROTHAN, Hussin A.; BYRAREDDY, Siddappa N. The epidemiology and pathogenesis of coronavirus disease (COVID-19) outbreak. In: Journal of Autoimmunity, v. 109, 2020.

VERA, B. Correio Brasiliense: Pandemia da desigualdade: covid-19 agravou diferenças sociais nas cidades. Brasília: Economia, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/07/4939963-pandemia-da-desigualdade-covid-19-agravou-diferencas-sociais-nas-cidades.html>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SILBER, S. D. A fragilidade econômica e financeira na pandemia do Sars-Covid-19. Estudos Avançados, v. 34. p. 107-115, set. 2020.